

**Declaração**  
**do CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL**  
**sobre**  
**A Resposta ao Desafio das Alterações Climáticas**

Estamos confrontados com problemas urgentes de mudanças globais e sustentabilidade, que incluem a segurança de acesso à água e à alimentação, a produção e o consumo sustentáveis de energia e matérias-primas, as alterações climáticas, a pobreza e as crescentes desigualdades sociais e económicas. Todos estes desafios estão profundamente relacionados entre si e só será possível encontrar uma via para a sustentabilidade se os enfrentarmos de forma coerente e integrada às escalas local, nacional, europeia e global.

A problemática das alterações climáticas beneficia dos trabalhos realizados pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), criado em 1988 e tutelado pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente. O IPCC publica regularmente relatórios de avaliação sobre a ciência, os impactos, as vulnerabilidades e as respostas de adaptação e mitigação das alterações climáticas, baseados na análise das publicações científicas mais recentes e sujeitas ao sistema de arbitragem por pares. A quinta avaliação, cuja divulgação terminou no corrente mês de abril e está inteiramente acessível na internet em <http://www.ipcc.ch/>, é composta pelos relatórios de três grupos de trabalho, designadamente: I) Fundamentação nas ciências físicas; II) Impactos, adaptação e vulnerabilidades; e III) Mitigação das alterações climáticas. Estes relatórios fazem uma súmula atualizada e global que é importante conhecer e divulgar de modo a, por um

lado, incentivar e otimizar o combate às alterações climáticas e, por outro, minimizar os seus efeitos adversos e potenciar eventuais oportunidades.

De acordo com o quinto relatório do IPCC o aquecimento global é inequívoco, tendo a temperatura média global da atmosfera à superfície aumentado de 0,85°C entre 1880 e 2012. É extremamente provável (95 a 100% de probabilidade) que este aumento seja causado pelas emissões antropogénicas de gases com efeito de estufa, especialmente o dióxido de carbono, o metano e o óxido nitroso. O ciclo da água está a ser perturbado, aumentando a tendência para secas e inundações. Para além do processo de acidificação, o nível médio global do mar está a subir e é muito provável que o aumento seja de 0,26 a 0,82m no final do século relativamente ao período de 1986 a 2005. É também muito provável que o aumento da temperatura média global seja de 1°C a 3,7°C em 2100 relativamente ao período de 1850 a 1900. Os valores mais elevados destas variações correspondem a cenários de fraca mitigação, nos quais as emissões de gases com efeito de estufa mantêm a sua actual trajectória de crescimento nas próximas décadas.

É necessário diminuir rapidamente as emissões globais para evitar alterações climáticas perigosas. É possível limitar o aumento da temperatura média global a menos de 2°C através de um conjunto coerente de políticas e medidas a nível institucional e tecnológico e de mudanças comportamentais à escala mundial. Contudo, é necessário reconhecer que este objetivo poderá não ser atingido devido à conjugação entre a enorme dependência mundial dos combustíveis fósseis, que constituem cerca de 80% das fontes primárias de energia, e um paradigma de desenvolvimento que privilegia quase exclusivamente as problemáticas de curto prazo e em que as crises financeiras e económicas são recorrentes. Neste cenário os impactos das alterações climáticas seriam muito mais graves, especialmente nos países mais vulneráveis, gerando prováveis situações de crise alimentar e ambiental, movimentos migratórios e conflitualidade. Tais países sofreriam os impactes dessas situações de crise e teriam que se adaptar a um clima mais adverso, no qual vários setores socioeconómicos e sistemas biofísicos seriam afectados de forma muito negativa.

Portugal é um dos países da União Europeia (UE) mais vulneráveis às alterações climáticas, especialmente no que respeita aos recursos hídricos, aos eventos extremos - ondas de calor, secas e inundações -, ao maior risco de desertificação e de incêndios florestais e ao risco acrescido de perda de solo em troços críticos das zonas costeiras devido à subida do nível médio do mar.

No que respeita à mitigação, o CNADS considera que se deve manter e incentivar o esforço nacional de desenvolvimento das energias renováveis, especialmente a energia eólica e solar, assegurando a competitividade económica do país numa perspectiva de transição do paradigma energético que deverá ser solidária e ter o apoio da UE. O CNADS defende uma política europeia de descarbonização da economia e de progressiva independência energética baseada numa rede elétrica à escala da UE que permita utilizar integralmente as suas capacidades de geração de energias renováveis.

No caso de Portugal será necessário aumentar urgentemente a interconetividade da rede internacional, especialmente na fronteira entre a Espanha e a França. Será, também, necessário defender a posição dos países com grandes potencialidades de geração de energias renováveis no seio da UE, como é o caso de Portugal, conferindo a estas prioridades condições de viabilidade económica face às opções de países que, por possuírem recursos fósseis, incluindo os não convencionais, defendem políticas mais centradas nesses recursos. Neste processo, face à avaliação e aos dados revelados no mais recente relatório do IPCC, será essencial ter em consideração os impactos ambientais das várias opções técnicas em presença para responder aos objetivos de um desenvolvimento sustentável.

Na vertente da adaptação, o CNADS considera que o quinto relatório de avaliação do IPCC contém informação científica e técnica de grande valor para a implementação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Vários trabalhos científicos realizados tanto a nível nacional como internacional permitiram já identificar os setores socioeconómicos mais vulneráveis às alterações climáticas em Portugal, designadamente, os recursos hídricos, a agricultura, as florestas e a biodiversidade, as zonas costeiras, o

turismo e a saúde. É urgente desenvolver estratégias de adaptação ao nível local, promover a sua integração nos instrumentos de gestão, planeamento e ordenamento do território, e iniciar a sua implementação efetiva de forma participada com as populações locais, as instituições, as empresas e as organizações não-governamentais.

O CNADS considera importante reforçar a capacidade nacional de adaptação e mitigação das alterações climáticas, suportada por investigação científica e monitorização adequadas.

O CNADS considera ainda ser urgente promover um programa sistemático de informação e formação nos vários níveis de ensino, na Administração Pública Central e Local e junto do público em geral, para que Portugal possa enfrentar eficazmente os desafios globais das alterações globais e da sustentabilidade.

*[Debatida e consensualizada na 2ª Reunião Ordinária do CNADS em 2014, realizada em 29 de abril e aprovada por correio eletrónico]*

O Presidente

Mário Ruivo